



# Artigos





A teoria literária  
entre práticas e  
saberes: novas  
estratégias,  
múltiplos objetos<sup>1</sup>

Joana Luíza Muylaert de Araújo\*

RESUMO

Este texto apresenta uma reflexão sobre o lugar da teoria nos programas de pós-graduação na área de literatura. Em linhas gerais, o artigo aponta para a importância do pensamento teórico nas abordagens dos novos objetos literários e das novas interlocuções entre o campo da literatura e áreas afins.

**Palavras-chave:** Teoria literária; Pós-graduação em Letras; Desconstrução e crítica.

Ao receber o convite para participar de uma mesa-redonda sobre a pós-graduação em Estudos Literários no Brasil, pensei muito sobre como e qual seria a minha contribuição. Sendo a minha experiência como coordenadora muito recente, e em certa medida circunscrita ao universo da Universidade Federal de Uberlândia, não caberia qualquer tipo de avaliação de ordem mais prática, seria

\* Professora da Universidade Federal de Uberlândia.

premature, acredito. Devo mencionar, por outro lado, as circunstâncias que me levaram a redigir o texto que então apresento.

No momento, coordeno o Programa de Pós-graduação em Letras-Mestrado em Teoria Literária, do Instituto de Letras da Universidade Federal de Uberlândia, recomendado e aprovado pela CAPES, em setembro de 2005.

Em 2004/2005, estive à frente dos professores responsáveis pela elaboração do projeto do Mestrado. Naquela ocasião, a comissão viu-se diante do que talvez tenha sido o primeiro e maior desafio: definir e justificar a área de concentração.

Para chegarmos à delimitação da Teoria da Literatura como área abrangendo o conjunto dos projetos dos professores envolvidos, foi preciso contornar dois problemas de ordem distinta: questões de natureza teórico/metodológica – relativas aos estudos literários e suas interlocuções com outras áreas de concentração – e questões de ordem mais prática e imediata – como a formação heterogênea dos professores, além das circunstâncias de uma universidade relativamente distante dos grandes centros.

Exercício de crítica, ensaio que, na forma do paradoxo, com novas provocações responde ao que se indaga, o texto que apresento é, em parte, resultado das reflexões em torno do problema mencionado. Como não poderia ser de outro modo, a dúvida se impôs como o método mais apropriado para pensar o objeto, depois de excluídas outras possibilidades, após a decisão tomada. Afinal, se os critérios pragmáticos justificavam a escolha da área de concentração, restava ainda a tarefa de construir argumentos consistentes sobre o lugar da teoria em nossos programas de pós-graduação em literatura.

Por que a teoria da literatura, assim mesmo, sem qualquer modulação? É procurando responder a essa pergunta que espero poder contribuir para pensarmos sobre uma disciplina acoçada entre tantas novas estratégias, tantos novos objetos.

Começo, então, com aquela questão que não cessa de se reapresentar nos estudos literários contemporâneos: como contornar o objeto de uma pesquisa, de múltiplos conteúdos e formas indiferenciadas? Não é certamente reafirmando a especificidade do texto literário, como fizeram formalistas, estruturalistas e muitos de seus opositores. Do mesmo modo, não se trata de diluir o campo da literatura em outras disciplinas, já consolidadas, ou não, nos espaços institucionais. Partimos de uma afirmação tão simples quanto provocativa: ainda não sabendo o que é literatura, podemos dizer que os textos de que falamos existem e são verdadeiros.

Constatamos então que literatura e verdade parecem implicar-se reciprocamente, ao contrário do que apregoam algumas teorias contemporâneas, entre elas a pragmática que, nas palavras de Rancière, “privilegiando a simples relação do interno com o externo” e “desprezando a historicidade própria do conceito de literatura e todo o trabalho de sua auto-elaboração” (RANCIÈRE, 1995, p. 36) transfere para o leitor (histórico e coletivo, bem entendido) a responsabilidade da decisão a respeito da literariedade de textos e obras, sobre a consagração de escritores.

Nessa perspectiva, a idéia de “propriedade literária” não é posta em questão, mas reformulada segundo critérios de uma “sociologia do julgamento”, em outros termos, segundo a percepção e as atitudes dos leitores em relação a um campo do discurso. Uma história literária em conformidade com esse ponto de vista descreve e explica as modificações desses julgamentos e atitudes, assentada no outro pólo do

sistema, temos assim uma história da recepção das formas, percebidas e julgadas, pelas diversas comunidades de leitores, como formas literárias.

Equacionado, por suposição, o problema da literatura (ou da propriedade literária interna, utopia dos formalistas de todos os matizes), resta o problema da ficção, para o qual se encontra formulação teórica coerente com o conjunto de princípios em jogo: se não há propriedades textuais internas que assegurem as condições de funcionamento dos textos de ficção, é preciso buscá-las “na atitude daqueles que os enunciam”, os escritores e no pacto estabelecido “entre o autor e o leitor para suspender as regras normais da linguagem”. Fingimento e verossimilhança reaparecem como critérios legítimos para a tradicional divisão entre os “enunciados sérios” e os “enunciados ficcionais” ou, como escreve Rancière, é “a categoria platônica da mimese que retorna como princípio positivo”:

*Os enunciados de ficção se distinguem dos outros por diferenças no modo de sua asserção, diferenças que só podem ser expressas negativamente: diferente do autor de enunciados “sérios”, o autor de enunciados ficcionais não se engaja nem na verdade do que enuncia nem mesmo em sua própria crença nessa verdade. É como dizer que ele não faz na verdade aquilo que parece fazer: asserções. O autor de ficção “faz de conta” que está fazendo asserções, ele “imita” o ato de fazê-las. (RANCIÈRE, 1995, p. 36)*

E se o “fazer de conta” não funcionar? Como garantir “a utopia de uma boa situação de fala em que cada um esteja em seu lugar”? Na perspectiva de Rancière, a literatura só se afirma quando todas as distinções se desfazem: “o próprio da literatura é a ausência de regra fixando uma dupla relação: a relação entre o enunciador e seu enunciado, a relação entre o enunciado e aquele que o recebe. É isto o que significa a aventura da letra sem corpo e que é ainda conjurado pela legislação filosófica do poema.” (RANCIÈRE, 1995, p. 37-38)

Supondo-se haver algo “próprio” da literatura, caberia falar de uma “impropriedade literária”, que desestabiliza, desregula qualquer divisão estável entre ficção e realidade. Impropriedade, por outro lado, que instaura novas relações com a verdade: em outras palavras, se o literário não se confunde com o ficcional, o mesmo não se pode dizer quando o que está em jogo é a relação da literatura com a verdade.

Somos levados pelo hábito a pensar na verdade como algo a que se acrescenta um atributo. Rancière nos fala de uma verdade que se procura, ou ainda, de uma “letra órfã à procura de seu corpo de verdade”. Se “não há escrita própria, estado ou uso específico da linguagem em que o literário possa se conhecer como tal”, há um lugar em que a literatura se inscreve, o lugar de uma separação, de um intervalo, “lugar problemático”, onde escrever implica a errância do gesto. (RANCIÈRE, 1995, p. 40-42) Sendo assim, como se constituiu uma ciência da escrita literária? Em que momento os estudos de poética e de retórica recuam para dar lugar aos estudos de teoria da literatura?

Sabemos que uma certa ciência da literatura apenas se tornou possível em meados do século passado, quando se consolida um quadro de referências fundado sobre a identidade ou essência do estatuto literário (supostamente verificável em suas propriedades textuais) e, em conseqüência, sobre a autonomia desse estatuto, a ser estudado em campo disciplinar próprio e idealmente exclusivo.

No entanto, desde a década de 1960, aproximadamente, esse mesmo quadro teórico de sustentação vem-se desestabilizando em decorrência dos questionamentos, mais ou menos radicais, mais ou menos conseqüentes, vindos de diversas áreas afins.

À pergunta sobre a natureza ontológica/substancial da literatura têm-se substituído outras, a respeito das condições – materiais, históricas e políticas – de produção dos textos considerados literários. Não mais reduzido a um conjunto de propriedades, formas ou estruturas imanentes, o texto literário se abre para a compreensão de suas múltiplas e heterogêneas dimensões, estudadas a partir de uma nova interdisciplinaridade que, ao promover a ampliação do campo das pesquisas em torno do que, não há muitas décadas, fora instituído como quase estritamente literário, vem possibilitando surpreendentes e criativos espaços de indagações teóricas.

Contemporaneamente, em diversos textos de crítica acadêmica, escritos segundo as mais variadas tendências, já se tornou lugar comum apontar a crise da teoria literária, seus métodos, seu objeto. Acertadamente colocam-se em questão as noções-chave do estruturalismo, não apenas uma corrente crítica dentro dos estudos de literatura mas um procedimento metodológico incorporado por diversas disciplinas afins, no momento de seu maior prestígio e hegemonia.

A crítica, legítima, aos princípios estruturalistas que por várias décadas marcaram – e ainda marcam em alguns renitentes espaços acadêmicos – as pesquisas no campo da literatura não deve, no entanto, ceder diante do apelo confortável à renúncia do exercício crítico permanente.

Nos dias que correm, torna-se ainda mais urgente o resgate de um pensamento teórico rigoroso, que se imponha como resistência e desafio à contemporânea crise dos paradigmas, não recorrendo simplesmente às conhecidas estratégias de ampliar o cânone literário, mas se revelando como procedimento estratégico, capaz de se sustentar (sem a pretensão de superá-los) sobre os impasses de uma crítica radical das dicotomias fundadoras de um esgotado modelo de análise e método.

É nesse momento de ruptura em relação à teoria literária herdada dos escritores e críticos modernos, ainda tão próximos do domínio da tradição, que a teoria ainda mais se justifica. Uma vez desencadeado, o trabalho, necessariamente teórico, de desconstrução dos paradigmas, se impõe interminável, como antídoto à cristalização do saber em paradigmas absolutos, sobretudo nos casos em que esse saber assume a aparência do diverso e relativo.

Desconstruir modos padronizados de conhecer não significa, insisto ainda uma vez, desistir de teorizar ou abrir mão da velha pergunta sobre a natureza – construída no movimento mesmo dessa pergunta – do nosso objeto de estudo. A natureza construída do objeto não desautoriza a pergunta, mas a qualifica, muitas vezes ao contrário do que se pode presumir, como condição dos limites a partir dos quais se funda um certo saber, ainda que provisório, ainda que relativo.

O que estou aqui tentando afirmar é um certo contorno do literário, feito e refeito incessantemente pelas palavras da crítica, é verdade, mas ao mesmo tempo contorno móvel, imprevisível, resistente a formulações teóricas, incluindo as que pretendem diluí-lo na contingência absoluta, refém das veleidades acadêmicas dos mais variados matizes.

Em meio a essas tantas perguntas, propostas a partir dos novos e diferentes lugares do conhecimento, algumas, em sentido inverso ao que apregoam, podem encerrar

o risco de aprisionar nossa percepção do literário. É esse o caso quando se concebe a literatura como um discurso a mais no conjunto de práticas discursivas, inseparáveis das articulações do poder político-institucional que determinaria, de fora, o que deva ou não ser apreendido como literário.

Não se trata de minimizar as dimensões políticas, históricas e culturais, em jogo, nos modos de produzir e legitimar os textos literários. O desafio está em pensar a literatura como uma “estranha instituição”, nas palavras de Derrida (1992), que transgride as próprias formações sócio-históricas que a sustentam. Trata-se, portanto, de articular novas molduras teóricas que operam com base em deslocamentos, sempre contínuos, de suas próprias premissas, metodologias e convicções. Indagado sobre quais seriam as condições de um trabalho transgressivo, sobre a possibilidade de se “ultrapassar a metafísica”, opondo-se um dos termos de uma dicotomia a outro, Derrida responde incisivo que nada é mais mistificador que a simples substituição de valores e conceitos. (DERRIDA, 1975)

Não cabe, do mesmo modo, repensar velhas teorias acreditando-se alcançar a superação, no sentido dialético do termo. As novas teorias aqui referenciadas implicam uma aguda consciência dos limites desse movimento arriscado, entre a tentação de se instituir, de se cristalizar e a paixão pelas rupturas, pelas novidades.

Ao se desfazerem os fios que teceram os duradouros, persistentes discursos sobre os textos literários, percebidos, em sua imanência, como formas autônomas, dotadas de marcas ou propriedades substanciais, transformaram-se, decisiva e radicalmente, os modos de teorizar a respeito da literatura. Em lugar da teoria, teorias no plural, em conformidade com as várias tendências críticas em articulação, bem como com os novos objetos literários, múltiplos, heterogêneos.

Nas correntes teóricas contemporâneas, que se costuma chamar – não sem o risco de um certo esquematismo – de pós-estruturalistas, chamam a atenção as novas alianças e estratégias interdisciplinares como procedimento indispensável aos estudos literários, resultante da desestabilização de um quadro teórico de referências fundado sobre concepções substancialistas da literatura, reduzindo-a a suas presumíveis marcas de essencialidade ou de literariedade.

Por outro lado, é bem verdade que a indeterminação em torno do que se considera literário pode trazer desconforto e perplexidade a quem hoje enfrenta o desafio de assegurar rigor nas abordagens da literatura. As modificações promovidas no campo teórico da literatura de fato exigem do pesquisador uma especial capacidade de se desprender de seus modos habituais de pensar, de aceitar o risco de se deslocar para fora dos esquemas já consolidados em uma matriz disciplinar, especificamente literária.

O fato é que mesmo cientes de que não é a natureza fictícia que define a literariedade de um texto, ou ainda a organização de seus elementos formais percebidos como novos e estranhos, conforme pretenderam os formalistas russos no início do século XX, encontramos dificuldades para nos desapegarmos dessas referências. Expostos a novas e às vezes incômodas percepções acerca de um objeto que se supunha mais ou menos exclusivo de uma relativamente nova disciplina, a duras penas consolidada, temos muitas e boas razões para esse mal-estar crítico. Afinal, de onde se fala quando o objeto de que se fala parece ter desaparecido? Pois bem, ensaiamos algumas plausíveis considerações a respeito.

O questionamento radical dos princípios formalistas/estruturalistas não deve, não pode implicar renúncia ao pensamento teórico, ao contrário, exige ainda maior e mais densa reflexão nesse campo, se é que não se pretende perder de vista o horizonte crítico, sempre atento às novas/velhas armadilhas de sempre, não mais com pretensão à ciência, como fora durante o auge da crítica estruturalista, mas a uma tão insidiosa quanto confortável ausência de critérios diluídos numa prática teórica, apenas na aparência pluralista, democrática e inclusiva. É antes em nome da diversidade de pontos de vista e dos objetos estudados que o pensamento teórico rigoroso se coloca essencial. A pergunta sobre quem julga, quem decide que um texto pertence à literatura – em outros termos, sobre uma certa especificidade da literatura – além de permanecer legítima, não dispensa respostas, menos ainda aceita qualquer resposta.

Evoco, a propósito, dois textos de Jorge Luis Borges bastante conhecidos – “O escritor argentino e a tradição” (1998) e “Sobre os clássicos” (1999) – em que o problema se apresenta de forma clara, precisa e, arrisco afirmar, definitiva. O recurso aos textos mencionados – pelos temas que anunciam – pode parecer uma digressão, mas não é. Eles não se apresentaram casualmente à minha lembrança. Ao contrário, esses textos, em forma e tom de despretenso ensaio, sem qualquer veleidade teórica definitiva, produzidos, pois, de um outro lugar – não propriamente acadêmico/disciplinar – pareceram-me, por isso mesmo, talvez mais apropriados ao pronunciarem uma palavra outra que não as que costumam soar dos lugares já conhecidos e percorridos.

Como de costume, em sua prosa quase austera em contraste com a ironia que a perpassa, Borges surpreende ao explicitar as principais contradições implícitas na noção de obras clássicas. Clássico, nos lembra o autor, “é aquele livro que uma nação, ou um grupo de nações, ou o longo tempo decidiram ler como se em suas páginas tudo fosse deliberado, fatal, profundo como o cosmos e passível de interpretações sem fim.” (BORGES, 1999, p. 168) Contingentes e, em certa medida, imponderáveis, essas decisões variam tanto quanto as formações históricas sobre as quais se erigiram.

Levando mais longe a provocação, relembra que, se houve um tempo em que “acreditava que a beleza era privilégio de uns poucos autores”, agora sabe “que é comum e está a nossa espreita nas casuais páginas do medíocre ou em um diálogo de rua.” (*ibidem*, p. 168) Até aqui nada de muito novo nos é revelado, não fossem as palavras simples, diretas e incisivas com as quais relativiza julgamentos consagrados pela crítica a respeito de um conjunto de obras e autores, como na passagem a seguir:

*Para alemães e austríacos, o Fausto é uma obra genial; para outros, uma das mais famosas formas do tédio, como o segundo Paraíso, de Milton ou a obra de Rabelais. Livros como o de Jó, a Divina Comédia, Macbeth (e, para mim, algumas das sagas do Norte) prometem uma longa imortalidade, mas nada sabemos do futuro, salvo que diferirá do presente. Uma preferência pode muito bem ser uma superstição.* (BORGES, 1999, p. 168)

Sendo assim, a “beleza” de um texto não se revela na forma, na estrutura, na imanência textual, nem tampouco em qualidades vagas, transcendentais que nos permitiriam afirmar a existência de obras clássicas eternas. Essa “beleza” é antes resultado de um encontro do texto com o leitor ou, nas palavras Borges: “A glória de um poeta depende, em suma, da excitação ou da apatia das gerações de homens anônimos que a põem à prova, na solidão de suas bibliotecas.” (BORGES, 1999, p. 168)



Antes de passar ao outro texto do autor, quero ressaltar ainda o deslocamento radical da perspectiva centrada na obra (e, portanto, no autor) para uma direção, senão oposta, divergente, destacando-se nesse passo, ao mesmo tempo, a necessidade inevitável de referências e sua extrema precariedade, construídas que são sobre o movediço, incerto território do tempo. Movimento divergente também no sentido de que desloca o foco para outras, diversas, diferente literaturas, por nós não apenas desconhecidas, mas quase sempre sequer suspeitadas. Num gesto de sincera modéstia, reconhece: “Assim, embora meu desconhecimento das letras malaias ou húngaras seja completo, tenho certeza de que, se o tempo me propiciasse a ocasião de seu estudo, encontraria nelas todos os alimentos que o espírito requer.” (BORGES, 1999, p. 168)

Concluindo, na questão dos clássicos interferem as barreiras lingüística, política ou mesmo geográfica, obrigando aqueles que da literatura se ocupam a admitir as limitações de seus parâmetros de “beleza”, que são também as da coletividade de que fazem parte. Afinal, a preferência por determinados autores e textos é tanto uma questão pessoal quanto das “gerações de homens” que, “urgidas por razões diversas, lêem com prévio fervor e com uma misteriosa lealdade” os livros tornados clássicos. (BORGES, 1999, p. 169)

Isso posto, poderíamos pensar que Borges, um iconoclasta, desconsidera ou minimiza a importância dos clássicos, quando o que se passa não é exatamente assim. Em outro texto, tratando do escritor argentino e da tradição, afirma com veemência o pertencimento à cultura ocidental do escritor argentino e de todos os sul-americanos, de um modo geral. (BORGES, 1998)

Como no caso dos clássicos, a tradição ocidental do outro/nosso colonizador é também “um gosto adquirido”, incorporado e transformado por sua vez em outra tradição, nossa, própria, e do outro simultaneamente. Numa certa medida, não haveria como escapar desse fechamento, dessa clausura que tem condenado “o escritor à margem”, ao beco sem saída das imitações mais ou menos bem feitas do modelo europeu ou do sonho romântico de uma literatura autêntica, surgida de um outro lugar, de uma pátria de origem imaculada, não de outros povos mas própria supostamente. Estaríamos assim ligados à cultura ocidental por destino ou fatalidade histórica e portanto não teríamos escolha.

Por outro lado, a condição de culturas e tradições à margem (uma vez que se expressam nos limites de um centro, tão imaginado quanto real, mas em relação ao qual não se percebem tão estreitamente vinculadas que não possam com ele romper sem que se sintam órfãos de origem e de valores partilhados) proporciona inesperadas possibilidades de transgredir, inovar sem a imposição de uma “devolução especial” diante de toda a cultura ocidental herdada. “Creio que os argentinos, os sul-americanos em geral [...] podemos lançar mão de todos os temas europeus, utilizá-los sem superstições, com uma irreverência que pode ter, e já tem, conseqüências afortunadas”, é o que nos diz Borges (1998, p. 295).

A essa altura, já é o caso de perguntar – reatando o fio da meada com que iniciéi esse texto – como contornar o objeto de uma pesquisa, de múltiplos conteúdos e formas indiferenciadas. Ou, dito de outro modo, que relações mais claras e específicas podem-se estabelecer entre as novas estratégias teóricas e a permanência da tradição no discurso crítico contemporâneo?

Certamente, sempre há o que se acrescentar ao que já foi dito e escrito. No caso dos textos de Borges a que recorri, poderia, resumindo, dizer ainda que a transgressão não seria apenas privilégio das literaturas à margem, mas tomando em prestadas, mais uma vez, as palavras de Derrida, se há algo que se aproxime de uma definição da literatura, é que ela, contraditoriamente, tende, como instituição, a “transbordar a instituição”.

Esse ponto de vista implica a compreensão da literatura como

*[...] uma instituição histórica com suas convenções, regras, etc..., mas também essa instituição de ficção que dá em princípio o poder de dizer tudo, de quebrar as regras, de deslocá-las, e desse modo instituir, inventar e até mesmo suspeitar da diferença tradicional entre natureza e instituição, natureza e lei convencional, natureza e história. (DERRIDA, 1992, p. 37)<sup>2</sup>*

Em outras palavras, a especificidade relativamente moderna da literatura assim como a compreendemos – “essa estranha instituição que permite tudo dizer” – é contemporânea da idéia moderna de democracia e está relacionada a um momento da história do direito. Como “invenção muito recente”, “um fenômeno chamado literatura surgiu historicamente na Europa” e nesse sentido devem ser observados e concebidos os desdobramentos de suas práticas desde então, bem como as teorias que a partir daí se fundaram e se reformularam. (DERRIDA, 1992, p. 36-37)

São recentes alguns equívocos teóricos – da parte tanto de críticos como de alguns escritores – que puderam surgir e se firmar em decorrência dessa idéia da literatura como o espaço, por excelência, da liberdade. Um deles consiste no pressuposto de que a literatura e seus escritores tenham que assumir uma função crítica mais explicitamente política, cultural ou em qualquer outro domínio da vida social. Não é demais lembrar que a expectativa em relação ao papel do escritor e da literatura seria impensável em outras formações históricas que não estabelecessem vínculos entre política, censura, suspensão de censura com o surgimento da “origem e instituição da literatura”. Além disso, a liberdade crítica da literatura pode bem resultar numa prática conservadora e, caso contrário, pode resultar ineficaz. (DERRIDA, 1992, p. 38)

Outro costumeiro equívoco diz respeito ao esquecimento das condições históricas da instituição literária moderna, responsável pela invenção de novos objetos literários, depositários de uma presumível essencialidade fixa e absoluta. A delimitação da idéia de literatura como fenômeno histórico recente surgido na Europa, lembra Derrida, “não significa que se possa identificar o objeto literário de uma forma rígida”, “que haja uma essência da literatura.” (DERRIDA, 1992, p. 41) A literatura, desse modo compreendida, refere-se a um conjunto de textos e autores que podemos chamar de modernos, inscritos numa “experiência crítica de literatura”, “que pensaram sobre sua própria possibilidade, voltados para a crise da instituição literária, para o “fim” da literatura. Na forma de um paradoxo, procurando acompanhar as ambivalências dessa “estranha instituição chamada literatura”, temos uma formulação do problema, no trecho a seguir transcrito:

*[...] dada a paradoxal estrutura disso que se chama literatura, seu começo é seu fim. A literatura começou com uma certa relação diante de sua institucionalidade, ou seja, sua fragilidade, sua ausência de especificidade, sua ausência de objeto. A questão de sua origem foi imediatamente a questão do*

*seu fim. Sua história é construída como a ruína de um monumento que basicamente nunca existiu. Trata-se da história de uma ruína, da narrativa de uma memória que produz o acontecimento a ser contado e que jamais terá acontecido.* (DERRIDA, 1992, p. 42)

No outro pólo da questão, mas dela indissociável, situa-se o problema da leitura. “Nenhum critério interno pode garantir a essencial “literariedade” de um texto. Não existe essência ou existência assegurada da literatura”, torna a lembrar o autor, já no final de sua fala. (DERRIDA, 1992, p. 73) Pois bem, estaria ao alcance dos leitores a possibilidade de decidir sobre a inscrição de um texto no campo nebuloso e minado da literatura? Se nenhum texto pertence exclusivamente ao campo do literário, qualquer texto pode vir a se inscrever nesse mesmo espaço, o que torna ainda mais difícil a decisão, pelos leitores, sobre uma inconsistente, insustentável literariedade dos textos.

Mas pode-se ainda falar de um funcionamento ou de uma intencionalidade da literatura, esse gesto, porém, não é suficiente para assegurar a constituição de nosso objeto como literatura. Nem mesmo as construções imaginárias de comunidades de leitores – “precárias, instáveis e sempre sujeitas a revisão” – em torno de convenções literárias garantiriam aos textos considerados literários o estatuto de literário. (DERRIDA, 1992, p. 73)

Isso posto, como e onde situar um utópico texto, não contaminado por convenções ou regras, sem relação com as tradições e as instituições existentes? Esse é, me parece, o nó da questão que Derrida se propõe não desatar, mas estreitar ainda mais, levando ao limite o paradoxo sobre o qual se constituiu o que hoje chamamos literatura. Embora reconhecendo que “qualquer coisa como uma realidade literária em si mesma permanecerá sempre problemática”, Derrida afirma “o sonho com uma nova instituição, sem precedente, sem pré-instituição”, em que cada obra literária produzida seja impossivelmente única:

*Todo trabalho literário denuncia o sonho de uma nova instituição da literatura. Denuncia, primeiramente, revelando-o: cada trabalho é único e é uma nova instituição em si mesmo. Mas denuncia também provocando o fracasso desse sonho: na medida em que é único, cada sonho surge num campo institucional projetado de tal forma que acaba saindo de cena: Ulysses chega como um romance entre outros que colocamos na estante e inscrevemos numa genealogia. Ele possui seus ancestrais e seus descendentes.* (DERRIDA, 1992, p. 73-74)

Estranha, paradoxal instituição, fadada a recomençar incessantemente sua própria origem, criando seus próprios leitores e lugares de onde dela se fala e, quase simultaneamente, desautorizando-os.

Assim sendo, estranhas e paradoxais devem ser as teorias que para a literatura se voltam. Do mesmo modo como não se poderia renunciar à idéia de instituição literária, ao menos de modo absoluto, não se poderia abrir mão de teorizar a respeito da literatura, sob pena de se tornar refém de um relativismo absoluto. A teoria assim pensada apenas se justifica se incessantemente repensada e a reflexão de Derrida me parece um estímulo ao pensamento que não desistiu de pensar.

Uma teoria literária – como a instituição literária sobre a qual se debruça – se faz na ambivalência desse movimento: instituir, estabelecer suas próprias leis, afirmar seus próprios princípios, sem contudo deixar-se aprisionar pelo instituído. Assim como

“não se pode falar da literariedade como pertencimento à literatura, como inclusão de um fenômeno ou de um objeto, e ainda de uma obra, num campo, num domínio, numa região cujas fronteiras seriam puras e os títulos indivisíveis”, pois “a obra não pertence ao campo, [...] ela é transformadora do campo.” (DERRIDA, 1985, p. 133-134), não se pode, não se deve falar de uma teoria como lugar privilegiado e único de onde se enunciam palavras de ordem fossilizadas, mas de uma teoria que, ao construir e desconstruir seus paradigmas, ultrapassa as fronteiras disciplinares, exercitando continuamente um desejável e produtivo deslocamento para fora dos limites de seu próprio campo.

#### ABSTRACT

This essay presents a reflection concerning the place of theory in postgraduate programmes in the area of literature. In a few words, the article emphasizes the importance of theory to approach the new literary objects and the new dialogues between the literary field and similar areas.

**Keywords:** Literary Theory; Postgraduate studies in literature; Deconstruction and criticism.

#### Notas Explicativas

- <sup>1</sup> Trabalho apresentado no Simpósio Internacional Literatura, Crítica, Cultura, promovido pelo Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Literários, da Faculdade de Letras da UFJF em 2007.
- <sup>2</sup> Os trechos citados de Derrida (1985 e 1992) foram por mim traduzidos, para a apresentação desse trabalho. Problemas nesse sentido, portanto, são de minha responsabilidade.

#### Referências Bibliográficas

- BORGES, Jorge Luis. O escritor argentino e a tradição. In: *Obras completas*. São Paulo: Globo, 1998. p. 288-296, v. 1.
- BORGES, Jorge Luis. Sobre os clássicos. In: *Obras completas*. São Paulo: Globo, 1999. p. 167-169, v. 2.
- DERRIDA, Jacques e outros. *La faculté de juger*. Colloque de Cerisy. Paris: Les Editions de Minuit, 1985. p. 7-139.
- DERRIDA, Jacques. This strange institution called literature: an interview with Jacques Derrida. In: *Acts of literature*. London: Routledge, 1992. p. 33-75.
- \_\_\_\_\_. *Posições*. Tradução de Maria Margarida Correia Barahona. Lisboa: Plátano Editora, 1975.
- RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. Tradução de Raquel Ramalhete *et al.* Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.